

**INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
- IPAM-CMPS**

Av. Carlos Gomes, 1645 - Bairro São Cristóvão - CEP 76804085 - Porto Velho - RO - <https://ipam.portovelho.ro.gov.br>

ATA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL

DE PREVIDÊNCIA – CMP - Ano de 2026

Aos vinte e quatro dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e seis, realizou-se a 6ª Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Previdência – IPAM, sob a presidência da Senhora Claudinéia Araújo de Oliveira Bortolete, sob a presidência da Sra. **Claudinéia Araújo de Oliveira Bortolete**, contando com a presença dos Conselheiros do CMP: **Sílvio Ney Leal Santos** (Conselheiro Eleito), **Sidivam Costa Pereira** (Vice-Presidente do CMP), **José Maria Miranda Martins** (Conselheiro Eleito), **Taisson Regis Braga Cruz** (Conselheiro Eleito), **Ilza Neyara Silva Marques** (Conselheira Representante do Executivo), **Sérgio Murilo Lemos Paraguassu** (Conselheiro Representante do Executivo), **Jeová Lima Dávila Júnior** (Conselheiro Representante do Executivo) e **Anderson Parente da Costa** (Conselheiro Representante do Executivo), registrando-se que os três últimos participaram da reunião de forma remota, por meio da plataforma Google Meet. Dando início aos trabalhos, a Presidente cumprimentou os presentes e concedeu a palavra ao **consultor de investimentos, Sr. Reiter**, para apresentação do Relatório de Investimentos referente aos meses de março e abril de 2026, contemplando também a análise consolidada do quadrimestre. Inicialmente, o expositor contextualizou o cenário econômico nacional e internacional observado no período, destacando que os principais impactos decorreram do agravamento dos conflitos no Oriente Médio, os quais provocaram forte elevação nos preços internacionais do petróleo. Explicou que o valor do barril, que anteriormente se encontrava em torno de 74 dólares, ultrapassou a marca dos 100 dólares, pressionando significativamente os índices inflacionários em diversos países. Ressaltou que o aumento dos custos energéticos, tanto relacionados aos combustíveis quanto à energia elétrica, afeta toda a cadeia produtiva, refletindo diretamente nos preços de bens e serviços. Prosseguindo, informou que, antes do agravamento dos conflitos, as projeções de inflação para o Brasil situavam-se próximas de 3,7% ao ano. Entretanto, diante do novo cenário econômico internacional, as estimativas ultrapassaram a marca de 5%, alcançando projeções próximas de 5,7% para o exercício. Destacou que tal movimento não se restringe ao Brasil, mas constitui uma tendência observada mundialmente. Em decorrência desse aumento inflacionário, diversos bancos centrais passaram a revisar suas políticas monetárias, elevando ou sinalizando elevações nas taxas de juros como instrumento de controle da inflação. Citou os exemplos da Europa, Japão e Estados Unidos, cujas autoridades monetárias vêm adotando medidas nesse sentido. No contexto nacional, esclareceu que as expectativas para a Taxa Selic também sofreram alterações. As projeções anteriormente mais otimistas indicavam juros próximos a 12,75%, porém as estimativas atuais apontam para patamares próximos de 14% ao ano, conforme projeções do mercado financeiro. Ressaltou ainda que o cenário fiscal brasileiro continua sendo um dos fatores de preocupação dos investidores, influenciando diretamente as expectativas de juros e o comportamento do mercado financeiro. Em relação ao mercado acionário brasileiro, informou que a Bolsa de Valores apresentou forte volatilidade durante os meses analisados. Explicou que houve queda significativa no início do período, seguida por recuperação que levou o índice próximo dos 200 mil pontos. Contudo, posteriormente ocorreu nova retração, fazendo com que o índice retornasse ao patamar de aproximadamente 170 mil pontos. Acrescentou que o mercado também vem sendo influenciado pelas perspectivas relacionadas ao cenário político e às futuras eleições presidenciais, fatores que contribuem para a instabilidade e para a cautela dos investidores. Passando à análise da carteira de investimentos do IPAM, informou que o patrimônio apresentou crescimento contínuo. Em março de 2026, a carteira atingiu o montante de R\$ 1,260 bilhão, enquanto em abril alcançou R\$ 1,279 bilhão. Destacou que somente no mês de abril a rentabilidade obtida foi de aproximadamente R\$ 16,59 milhões, correspondendo a um rendimento de 1,31%. Ao analisar os ativos individualmente, observou que a Bolsa Americana apresentou desempenho expressivo em abril, alcançando rentabilidade próxima de 11% em determinado período do mês. Em contrapartida, os investimentos vinculados à Bolsa Brasileira registraram resultados negativos, com destaque para o segmento de Small Caps. Informou que a renda variável continua sofrendo influência das incertezas relacionadas às taxas de juros, inflação e cenário político, motivo pelo qual recomendou cautela antes

da adoção de novas estratégias de alocação. Quanto aos investimentos em renda fixa, destacou resultados satisfatórios dos fundos atrelados aos juros e à inflação, mencionando rendimentos positivos em diversos produtos da carteira. Também ressaltou o bom desempenho dos títulos públicos federais adquiridos com estratégia de carregamento até o vencimento, os quais permanecem alinhados à meta atuarial do Instituto. Na sequência, apresentou a composição da carteira por instituição administradora, gestora, distribuidora e custodiante, em atendimento às exigências da Resolução CMN nº 5.272. Informou que aproximadamente 45% dos recursos encontram-se aplicados diretamente em títulos públicos federais, enquanto os demais valores estão distribuídos entre instituições financeiras como Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal e outros gestores e administradores devidamente credenciados. Ao abordar o cumprimento da meta atuarial, explicou que, em março de 2026, a meta atingiu 1,38%, enquanto a carteira obteve rentabilidade de 0,77%. Já em abril, a meta ficou em 1,17% e a carteira alcançou rendimento de 1,31%, superando a meta do período. No acumulado dos quatro primeiros meses do ano, informou que a carteira apresentou rentabilidade de 4,54%, frente a uma meta atuarial de 4,67%, correspondendo ao atingimento de aproximadamente 97% da meta estabelecida. Esclareceu que a dificuldade de superação da meta decorre principalmente da aceleração inflacionária observada no período, que elevou significativamente o indicador utilizado como referência atuarial. Também explicou aspectos técnicos relacionados à precificação dos títulos públicos e à divulgação dos índices inflacionários, destacando que eventuais diferenças observadas nos relatórios não representam perdas financeiras, mas apenas descasamentos temporários decorrentes dos critérios contábeis e de fechamento dos extratos. Em seguida, apresentou a evolução patrimonial do Instituto, demonstrando crescimento contínuo dos ativos administrados pelo IPAM. Informou que o patrimônio evoluiu de R\$ 1,215 bilhão em janeiro para R\$ 1,279 bilhão em abril de 2026, evidenciando o fortalecimento financeiro do Regime Próprio de Previdência Social. Quanto à distribuição dos recursos, destacou que 49% da carteira encontra-se aplicada em fundos de renda fixa, 45,22% em títulos públicos federais e 5,36% em renda variável. Ressaltou ainda que os investimentos permanecem devidamente enquadrados nos limites legais e regulamentares. Na sequência, a Presidente esclareceu que será necessária a realização de nova reunião específica para discussão e aprovação das alterações na Política de Investimentos, em razão da obtenção da certificação Pró-Gestão Nível II pelo Instituto e das adequações exigidas pela Resolução CMN nº 5.272. Informou ainda que será necessária a atualização da meta atuarial prevista na política, ajustando-a aos resultados apresentados pelo recente estudo atuarial. Durante os debates, os conselheiros questionaram sobre possíveis alterações futuras na Resolução CMN nº 5.272. Em resposta, o consultor esclareceu que, segundo informações debatidas em eventos especializados e junto a representantes do setor, não há perspectiva de revogação integral da norma, mas sim de ajustes e aperfeiçoamentos destinados a corrigir restrições consideradas excessivas para os RPPS, especialmente quanto ao acesso a determinados investimentos de elevada liquidez e baixo risco. Foi esclarecido ainda que os investimentos atualmente desenquadrados em razão das mudanças normativas podem permanecer na carteira pelo prazo de até dois anos, conforme previsão regulamentar, não havendo necessidade de desinvestimento imediato. Ao final da apresentação, o consultor informou que a carteira acumulou rendimento superior a R\$ 55 milhões entre janeiro e abril de 2026, destacando que o resultado demonstra a consistência da estratégia adotada. Ressaltou, entretanto, a necessidade de manutenção da cautela diante das incertezas econômicas e políticas que ainda persistem no cenário nacional e internacional. Na fase de assuntos gerais, foi informado que a despesa previdenciária do mês alcançou aproximadamente R\$ 21 milhões em razão do pagamento de cinquenta por cento do décimo terceiro salário dos pensionistas, esclarecendo-se que tal despesa extraordinária justificou o aumento observado em comparação aos meses anteriores. Em seguida, o **Conselheiro Sílvio Ney Leal Santos** solicitou que seja incluída em pauta futura a análise jurídica da questão relacionada à paridade na composição do Conselho Municipal de Previdência, mencionando discussões realizadas durante seminário recente. A Presidente informou que encaminhará a demanda à Procuradoria Jurídica do IPAM para manifestação e posterior apresentação ao Conselho. Também foi questionada a realização de audiência pública para apresentação das discussões previdenciárias aos servidores municipais. Em resposta, a Presidente informou que o seminário e a audiência pública previstos inicialmente para setembro foram remarcados, havendo previsão de realização nos dias 12 e 13 de novembro de 2026. Por fim, a Presidente comunicou aos presentes que seu mandato à frente da Presidência do IPAM se encerraria em 30 de junho de 2026, não havendo definição sobre eventual permanência na gestão após essa data. Nada mais havendo a tratar, a Presidente agradeceu a participação de todos, especialmente do consultor responsável pela apresentação do relatório de investimentos, e declarou encerrada a 6ª Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Previdência – CMP, da qual foi lavrada a presente ata para os devidos fins.

Claudinéia Araújo Bortolete

Presidente do CMPS

Sidivam Costa Pereira

Vice-Presidente do CMPS

Ilza Neyara Silva Marques

Secretária da Mesa Diretora

Anderson Parente da Costa

Conselheiro Representante do Executivo

Sérgio Murilo Lemos Paraguassu Filho

Conselheiro Representante do Executivo

Jeová Lima D'Ávila Junior

Conselheiro Representante do Executivo

José Maria Miranda Martins

Conselheiro Eleito

Taisson Regis Braga Cruz

Conselheiro Eleito

Sílvio Ney Leal Santos

Conselheiro Eleito



Documento assinado eletronicamente por **Ilza Neyara Silva Marques, Conselheiro(a)**, em 13/07/2026, às 12:21, conforme art. 17, § 1º, do Decreto nº 21.393, de 07 de outubro de 2025.



Documento assinado eletronicamente por **Sidivan Costa Pereira, Conselheiro(a)**, em 13/07/2026, às 12:23, conforme art. 17, § 1º, do Decreto nº 21.393, de 07 de outubro de 2025.



Documento assinado eletronicamente por **Claudineia Araújo de Oliveira Bortolete, Oficial**, em 13/07/2026, às 12:30, conforme art. 17, § 1º, do Decreto nº 21.393, de 07 de outubro de 2025.

Documento assinado eletronicamente por **Anderson Parente Da Costa, Conselheiro(a)**, em 13/07/2026,



às 13:06, conforme art. 17, § 1º, do Decreto nº 21.393, de 07 de outubro de 2025.



Documento assinado eletronicamente por **Jeova Lima D'avila Junior, Conselheiro(a)**, em 13/07/2026, às 13:18, conforme art. 17, § 1º, do Decreto nº 21.393, de 07 de outubro de 2025.



Documento assinado eletronicamente por **Jose Maria Miranda Martins, Conselheiro(a)**, em 13/07/2026, às 13:38, conforme art. 17, § 1º, do Decreto nº 21.393, de 07 de outubro de 2025.



Documento assinado eletronicamente por **Taisson Regis Braga Cruz, Conselheiro(a)**, em 13/07/2026, às 17:09, conforme art. 17, § 1º, do Decreto nº 21.393, de 07 de outubro de 2025.



Documento assinado eletronicamente por **Silvio Ney Leal Santos, Conselheiro(a)**, em 14/07/2026, às 12:27, conforme art. 17, § 1º, do Decreto nº 21.393, de 07 de outubro de 2025.



Documento assinado eletronicamente por **Sérgio Murilo Lemos Paraguassu, Conselheiro(a)**, em 17/07/2026, às 09:27, conforme art. 17, § 1º, do Decreto nº 21.393, de 07 de outubro de 2025.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://www.portovelho.ro.gov.br/sei> informando o código verificador **1213660** e o código CRC **C6D1F04E**.

011.001203/2026-31

1013297v5